



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO
PÚBLICA MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

São Cristóvão - SE

2024



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO
PÚBLICA MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)

Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)

Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)

Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)

Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)

Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão Pública Municipal, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira
Coordenador

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 NOME DO CURSO: Curso de Especialização de Gestão Pública Municipal

1.2 ÁREA TEMÁTICA: Administração Pública

1.3 INSTITUIÇÃO PROPONENTE: Universidade Federal de Sergipe

Dirigentes institucionais

Reitor

Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho

Tipo de documento: CPF n. 799.275.055-15

Telefone: (79) 3194-6404

E-Mail Institucional: reitor@ufs.br

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Lucindo José Quintans Junior

Tipo de documento: CPF n. 930.961.434-04

Telefone: (79) 3194-6414

E-Mail Institucional: posgrap@ufs.br

1.4 PÚBLICO-ALVO: Profissionais e demais interessados no setor público, em especial com interesse e ou atuação nos municípios.

1.5 NÚMERO DE VAGAS: 150 cursistas. Os polos serão: São Cristóvão, Estância, Japaratuba, Poço Verde e Lagarto. As vagas serão distribuídas da seguinte forma: 15 vagas institucionais, 107 vagas para ampla concorrência - AC, 27 vagas para candidatos negros (pretos e pardos) e indígena - PPI e 1 (uma) vaga extra para pessoas com deficiência – PCD.

1.6 FORMA DE INGRESSO: Análise Curricular dos Inscritos. Serão publicados editais públicos com todos os detalhes e prazos para tal.

1.7 DURAÇÃO DO CURSO: O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.

1.8 PREVISÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES: Fevereiro de 2025

2 INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera municipal.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a UFS oferece o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- RESOLUÇÃO Nº 19/2021/CONEPE - Estabelece as normas acadêmicas da pós-graduação lato sensu na UFS e dá outras providências;
- RESOLUÇÃO Nº 24/2021/CONEPE - Estabelece procedimentos sobre Política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe;
- RESOLUÇÃO Nº 61/2022/CONEPE - Regulamenta os procedimentos de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos(as) candidatos(as)

negros(as)-pretos(as) e pardos(as) para fins de preenchimento das vagas reservadas em todos os processos seletivos para ingresso em cursos de graduação, pós-graduação e Colégio Aplicação da UFS.

3 JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e

municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público Municipal deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública municipal.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação da política pública municipal.

4 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: OBJETIVOS

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação

superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;

II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;

III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;

IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA CAPES

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação

em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

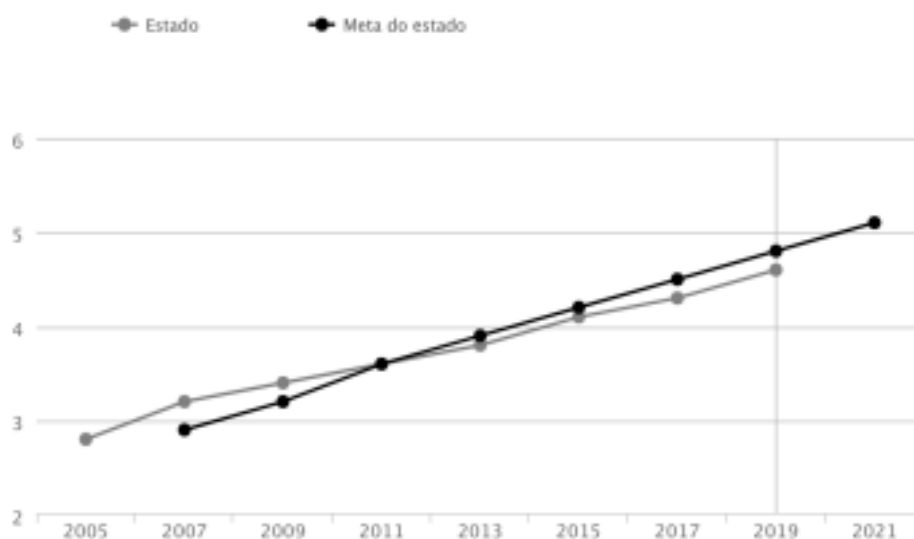
6 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

Sergipe, Estado da região Nordeste do Brasil, ocupa uma área de 21.938,184 km². Sua população, em 2020, era de 2.318.822. O Produto Interno Bruto – PIB de R\$46 bilhões para 2021, valor projetado pelo Banco do Nordeste – BNB. A renda medida pelo PIB/per capita era de R\$10.749,00, mas, por outro lado, o salário médio foi de R\$2.331,00 (2020) e Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,665 (2010), segundo IBGE (2021) e SEDETEC (2022) com 08 (oito) divisões regionais abrangendo Grande Aracaju, Agreste Central, Médio e Alto Sertão, Baixo do Rio São Francisco, Centro-Sul, Sul e Leste (Governo do Estado, 2008).

Segundo o Prova Brasil do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2019), a educação oferecida pelas escolas públicas estaduais de Sergipe apresenta indicadores ainda muito distantes das médias no país: no quinto ano, 43% e 30% desenvolveram competências adequadas nas áreas de português (leitura e interpretação de textos) e matemática (resolução de problemas), respectivamente; no nono ano, esses mesmos indicadores são reduzidos para 25% e 10%; no terceiro ano do nível médio, a tendência de redução continua, decaindo para 23% em português e 3% em matemática. O Brasil apresenta índices bem superiores a isso: 57% em português e 47% em matemática no quinto ano; respectivamente, 36% e 18%, no nono ano, bem como 34% e 7% no terceiro ano do nível médio.

Esses dados são parte importante do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, sendo calculado baseado no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Conforme se observa na Figura 01, o desempenho de Sergipe vem se mostrando desde 2011 abaixo da meta estabelecida pelo governo federal.

Figura 01 – Evolução do IDEB de Sergipe



Fonte: INEP (2019)

O Governo de Sergipe considerou esse gargalo em seu Planejamento Estratégico 2019-2022, destacando que o IDEB evolui a taxas abaixo da necessidade. O estado apresenta altas taxas de reprovação e abandono, bem como significativa distorção idade-série. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de aprovação em Sergipe, que em 2009 foi de 78,0%, ficou em 88,9% em 2018. Ainda que inferior à do Brasil (94,2%) e do Nordeste (92,3%) e o estado ocupa os últimos lugares nos anos iniciais (e nos finais) do ensino fundamental, este foi o melhor resultado dos últimos dez anos (Governo de Sergipe, 2019).

Figura 02 – Posição de Sergipe no IDEB - Ranking nacional e regional

Indicadores	Ranking Nacional (2017)	Ranking Regional (2017)
IDEB: anos iniciais do ensino fundamental	24º	8º
IDEB: anos finais do ensino fundamental	23º	7º
IDEB: ensino médio	16º	3º

Fonte: Governo de Sergipe (2018)

Ante a envergadura do desafio para alavancar os indicadores da educação sergipana, o Governo do Estado estabeleceu como metas estratégicas entre 2019 e 2022: 1. Garantir a qualidade da Educação Básica e a melhoria dos indicadores

educacionais, em articulação com os municípios, com ênfase no acesso, na permanência, alfabetização de crianças, jovens e adultos, na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de todos os estudantes; 2. Modernizar a gestão pública, priorizando a inovação tecnológica, a melhoria dos processos e a qualificação e assistência aos servidores. As duas metas devem ser convergentes e se mostram intrinsecamente articuladas, dentro previsto no Planejamento Estratégico 2019-2022, no contexto da implementação da política de formação, inicial e continuada, dos professores e profissionais da educação (Governo de Sergipe, 2019).

Com qualificação gerencial envolvendo a esfera pública para redesenhos nos processos (não apenas de ensino-aprendizagem, mas de aspectos relacionados ao fortalecimento da escola como uma unidade de transformação social), o professor amplia sua capacidade de propor, elaborar, implementar e controlar projetos, envolvendo educação ambiental, empreendedorismo público e inovação, através de equipes de alta performance. Sem esse enfoque sistêmico, munindo educadores com as ferramentas da gestão pública, as estratégias estabelecidas em nível macro governamental não são compreendidas e ressignificadas nas escolas no ritmo e profundidade desejáveis. Tanto nos redesenhos organizacionais quanto na gestão de processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão.

O Estado de Sergipe, possuía, em 2021, quarenta e oito Órgãos do Governo com 39.958 servidores, sendo quase 10 mil na capital Aracaju, conforme dados do Portal da Transparência – Sergipe. Nota-se, então, que há demanda por cursos de especialização em Gestão Pública, devido ao número de servidores por Órgão, por exemplo:

Quadro 01 – Projeção de demanda

ÓRGÃO		SERV.
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente	112
CBM/SE	Corpo de Bombeiros Militar	699
CEHOP	CIA Estadual de Habitação e Obras Públicas	192
CODISE	CIA de Desenvolvimento Econômico	163
COHIDRO	CIA de Desenvolvimento de Recursos Hídrico	391
DETRAN	Depto Estadual de Trânsito	408

EMDAGRO	Empresa de Desenv. Agropecuário	439
EMGETIS	Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação	89
EMSETUR	Empresa Sergipana de Turismo	49
FHS	Fundação Hospitalar de Saúde	3.627
PMSE	Polícia Militar do Estado de Sergipe	5.572
SEAD	Sec de Estado da Administração	351
SEDETEC	Sec do Desenv Econ e Da Ciência e Tecnologia	77
SEFAZ	Sec de Estado da Fazenda	761
SEIAS	Sec de Estado da Inclusão e Assistência Social	170
SEJUC	Sec de Estado da Justiça, do Trabalho e de Defesa ao Consumidor	1.009
SEAGRI	Sec da Agricultura Desenv Agrário e da Pesca	141
SETUR	Sec de Estado do Turismo	44
Sub-Total		14.250
Outros		25.708
TOTAL ESTIMADO		39.958

Fonte: Portal da Transparência SERGIPE (2022)

7 INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA IPES AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O curso de Especialização em Gestão Pública Municipal a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial.

Os polos de apoio presencial estão equipados com a infraestrutura necessária para atender as necessidades dos cursistas, uma vez que dispõe de computadores, acesso à *internet* por meio de cabo e *wi-fi*, bibliotecas e um tutor para auxílio durante a utilização do espaço.

O polo de São Cristóvão (matriz), situado na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos da Universidade Federal de Sergipe, conta com um laboratório equipado com 1 projetor multimídia, 1 tela de projeção, 80 fones de ouvido, 80

computadores, 3 notebooks, 2 impressoras simples e 1 impressora multifuncional, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas, duas salas de tutoria e um auditório com capacidade para 150 pessoas.

O polo de Estância, situado na Pça. Jackson de Figueiredo, 75, Bairro Centro, conta com laboratório equipado com copiadora, fones de ouvido com microfone, projetor multimídia, tela de projeção, computadores, impressora e *webcams*, além de uma sala de estudos.

O polo de Japarutuba, situado na Av. Rio de Janeiro, nº 0, Bairro Centro, conta com um laboratório equipado com 1 copiadora, 2 projetores multimídia, 2 telas de projeção, 4 computadores, 2 impressoras simples, 1 impressora multifuncional e 10 *webcams*, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas.

O polo de Poço Verde, situado na Rua José Rodrigues de Melo, nº 124, Centro, conta com um laboratório equipado com 2 copiadoras, 1 fone de ouvido, 38 computadores, 5 impressoras simples e 1 impressora multifuncional, além de uma sala de estudos e uma biblioteca climatizadas.

O polo de Lagarto, situado na Rod. Antônio Martins de Menezes, s/nº Pista Principal, Bairro Colônia Treze, conta com laboratório equipado com copiadora, fones de ouvido com microfone, projetor multimídia, tela de projeção, computadores, impressora e *webcams*, além de uma sala de estudos.

8 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A Universidade Federal de Sergipe (UFS), criada e mantida pela União sob a forma de Fundação, nos termos do Decreto-Lei nº 269 de 28 de fevereiro de 1967, foi oficialmente instalada em 15 de maio de 1968.

Integra o Sistema Federal de Ensino Superior, com atuação em todo o Estado de Sergipe. Além do campus sede na cidade de São Cristóvão, a UFS está presente em mais cinco campi, sendo um em Aracaju e quatro no interior do estado: Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e Nossa Senhora da Glória. Com ensino de graduação e de pós-graduação na modalidade presencial, a sua atuação é ampliada com a oferta de educação a distância (EaD), desenvolvendo atividades em polos de apoio presencial de 13 municípios do estado, e de educação de nível médio e fundamental através do seu Colégio de Aplicação (CODAP), situado no campus sede.

8.1 MISSÃO

Contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

8.2 PRINCÍPIOS E VALORES

Sustentabilidade, excelência, respeito, valorização das pessoas, integração e resiliência, todos alinhados ao propósito institucional de servir.

8.3 OUTROS ASPECTOS

A Universidade Federal de Sergipe tem como propósito básico a formação de profissionais cidadãos, a produção, difusão e conservação de conhecimentos de forma interativa com a sociedade, visando contribuir, assim, para o fortalecimento da democracia e a melhoria da qualidade de vida da população.

A UFS também tem como objetivo cultivar o saber em suas várias formas de conhecimento puro e/ou aplicado, propondo-se a:

- Formar recursos humanos de nível superior, em graduação e pós-graduação, para atender às necessidades locais, regionais e nacionais;
- Realizar pesquisas e incentivar atividades criadoras nos campos do conhecimento filosófico, científico, técnico e artístico;
- Estender à comunidade, com a qual deverá manter permanente intercâmbio, os programas de ensino e pesquisa, através de cursos ou atividades similares, e da prestação de serviços especiais;
- Investigar e oferecer soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do estado, da região Nordeste e do país;
- Manter a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Estimular a elevação do desempenho institucional, alocando e valorizando recursos humanos e viabilizando recursos materiais para isso necessários;
- Ser instrumento de equidade social, ofertando vagas indistintamente às diferentes camadas da população.

9 CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O curso de Especialização em Gestão Pública Municipal abordará discussões teóricas e práticas-intervencionistas da Administração para atualização de agentes públicos pertencentes aos quadros da administração pública, visando a melhoria do serviço público.

9.1 DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DO CURSO

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais e visando o desenvolvimento socioeconômico.

9.2.1 Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas

governamentais no âmbito local, nos seus processos de formulação, implementação e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas municipais.

9.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver habilidades e competências para melhorar a prestação de serviços públicos municipais;
- Contribuir para a melhoria da gestão dentro de uma visão estratégica do setor público, a partir do estudo crítico, sistemático e aprofundado da realidade administrativa local.

9.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

9.3.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Metodologia de Desenvolvimento de TCC	30
–	TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse

referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado e das administrações públicas municipais.

9.3.2 Módulo Específico

O módulo específico em Gestão Pública Municipal é composto por sete disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
7	Município e Arranjos Interfederativos	30
8	Gestão Tributária e Orçamento Municipal	30
9	Desenvolvimento Urbano	30
10	Gestão da Saúde	30
11	Gestão da Educação	30
12	Licitações, Contratos e Convênios	30
13	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

9.3.3 Ementário

DISCIPLINA 1 – INTRODUÇÃO A EAD – 30H

Ementa: Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

Referências Básicas:

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS Editora, 2010.

Referências Complementares:

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

DISCIPLINA 2 – POLÍTICA E SOCIEDADE – 30H

Ementa: Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

Referências Básicas:

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Referências Complementares:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

DISCIPLINA 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS – 30H

Ementa: Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

Referências Básicas:

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Referências Complementares:

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

DISCIPLINA 4 – GESTÃO PÚBLICA – 30H

Ementa: Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência,

accountability e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

Referências Básicas:

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

Referências Complementares:

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

DISCIPLINA 5 – METODOLOGIA DA PESQUISA – 30H

Ementa: Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

Referências Básicas:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

Referências Complementares:

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.,.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DISCIPLINA 6 – METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE TCC – 30H

Ementa: Levantamento de Problemas: identificação de questões críticas e oportunidades de melhoria na gestão pública; Formulação da Proposta de Intervenção: estruturação, objetivos e metas da intervenção proposta; Aspectos Financeiros: análise dos recursos necessários para implementação da proposta; Aspectos Legais e Éticos: alinhamento da proposta com a legislação vigente e os princípios éticos da Administração Pública; Formulação de uma proposta de intervenção clara, objetiva e alinhada aos princípios éticos e legais da gestão pública; Técnicas de comunicação eficaz e defesa da proposta de intervenção.

Referências Básicas:

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; JUNIOR, J. A. V. A. **Design science research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Bookman Editora, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.

Referências Complementares:

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed. Coleção Métodos de Pesquisa, 2010.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; MIGUEL, P. A. C. Uma análise distintiva entre o estudo de caso, a pesquisa-ação e a design science research. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, p. 1116-1133, 2015.

EMMENDOERFER, M. L. **Métodos de pesquisa aplicados à gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.

GIL, A. C. **Métodos de Pesquisa Social**. 6ª ed. Atlas, São Paulo, 2008.

MAIA, A. C. B. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa**: elaboração, aplicação e análise de conteúdo – manual didático. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

DISCIPLINA 7 – MUNICÍPIO E ARRANJOS INTERFEDERATIVOS – 30H

Ementa: Poder local e federalismo no Brasil contemporâneo. Pacto Federativo: O Município no sistema político brasileiro. Competências Constitucionais, Legislação e Lei Orgânica do Município. Micro Regiões e Regiões Metropolitanas. Arranjos locais e interfederativos: Parcerias Público Privada, consórcios, cooperação, redes e outros. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

ARRETCHE, Marta. **Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV/Fiocruz, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs.). **Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SPINK, Peter; BAVA, Silvio; PAULICS, Veronika (orgs.). **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/930/930.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Referências Complementares:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**. 11. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos. **Cadernos Adenauer XII** (2011), Rio de Janeiro, n. 4, abril 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

DISCIPLINA 8 – GESTÃO TRIBUTÁRIA E ORÇAMENTO MUNICIPAL – 30H

Ementa: Tributos Municipais. Tributos como ferramenta de indução ao

desenvolvimento municipal. Transferências Governamentais. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

BRUNO, Reinaldo Moreira. **Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal**. 5. ed. Curitiba (PR): Juruá, 2013.

MACEDO, Alberto; AGUIRREZÁBAL, Rafael; PINTO, Sergio Luiz de Moraes;

ARAÚJO, Wilson José de. **Gestão Tributária Municipal e Tributos Municipais**. São Paulo: Quartier Latin, 2017. v. 6.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). **A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Referências Complementares:

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. amp. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (orgs.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>. Acesso em: 02 ago. 2019.

FREITAS, Mário S. N. **Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica**. Salvador: Bahia Análise e Dados, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DISCIPLINA 9 – DESENVOLVIMENTO URBANO – 30H

Ementa: Teorias, abordagens e indicadores do desenvolvimento urbano. Gestão de Serviços e Equipamento Urbanos. Gestão Ambiental e de Resíduos Sólidos. Uso e Ocupação do Solo. Gestão do Patrimônio Histórico, Cultural e Social. Saneamento. Mobilidade Urbana. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

LING, Anthony. **Guia de gestão urbana**. São Paulo: BEI, 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade**. 2. ed.

Rio de Janeiro: Revan, 2012.

SCHWALM, Hugo; LADWIG, Nilzo Ivo. **Espaço Urbano Sustentável: planejamento, gestão territorial, tecnologia e inovação**. Florianópolis: Insular, 2012.

Referências Complementares:

BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIM, Francini Imene Dias. **Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BERNARDI, Jorge Luiz; BRUDEKI, Nelson Martins. **Gestão de Serviços Públicos Municipais**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p.

OLIVEIRA, Dinara de Arruda. **Plano Diretor das Cidades**. Brasília: Juris, 2018.

SILVA, Edson Jacinto da. **Loteamento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: JH Mizuno, 2016.

DISCIPLINA 10 – GESTÃO DA SAÚDE – 30H

Ementa: Princípios do SUS e pacto federativo. Organização da Atenção à Saúde: cuidados primários e estratégia saúde da família. Planejamento municipal: plano plurianual, plano anual e relatório de gestão. Regulação, Controle e Avaliação. Financiamento municipal em saúde. Controle Social: conselho municipal de saúde; gestão participativa. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 127 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Gestão do SUS** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2015. 133 p.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de (orgs.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

Referências Complementares:

STARFIELD, Bárbara. **Atenção, primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. cap. I e II.

Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_primaria_p1.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: <http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/redesAtencao.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Manual para entender o controle social no SUS**. Brasília: CNS, 2013. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/manual_para_entender_controle_socia_l.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; GUERRERO, André Vinicius Pires (orgs.). **Manual de Práticas na Atenção Básica: saúde ampliada e compartilhada**. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em: http://andromeda.ensp.fiocruz.br/teias/sites/default/files/biblioteca_home/manual_da_s_praticas_de_atencao_basica%5B1%5D.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

PINEAULT, Raynald. **Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão**. 1. ed. Brasília: Linha Editorial Internacional de Apoio aos Sistemas de Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

DISCIPLINA 11 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – 30H

Ementa: Arcabouço legal e normativo de financiamento da educação na esfera municipal: LDB e Fundeb. Gestão da rede municipal de educação: unidades escolares, creches, projetos pedagógicos, valorização do magistério, matrícula, transporte e merenda. Arranjos interfederativos e políticas públicas na área de educação: Plano de Ações Articuladas. Conselhos escolares e controle social. Indicadores de Avaliação de Desempenho na Educação Básica. Uso de tecnologias na educação. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

BRAVO, Ismael. **Gestão Educacional no Contexto Municipal**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2014.

BROOKE, Nigel. **Avaliação da Educação Básica: a experiência Brasileira**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. 4. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

Referências Complementares:

BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. São Paulo: Penso, 2017.

CUNHA, Maria Couto (org.). **Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025.pdf>. Acesso em: 02

ago. 2018.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Inep, 2007.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; BARBALHO, Maria Goretti Cabral; COSTA, Maria Simone F. Pereira M. **Dimensões do Plano de Ações Articuladas**: contextos e estratégias de implementação. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2017.

MARCELINO, Maria de Fátima. **Conselho municipal de educação e ensino escolar**: limites e perspectivas. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2013.

DISCIPLINA 12 – LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS – 30H

Ementa: Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração municipal. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

Referências Complementares:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DISCIPLINA 13 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DE PROJETOS – 30H

Ementa: Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas, orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospeção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.

Referências Básicas:

MINTZERG, Henry. **Safari de Estratégia:** Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público:** gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.

PRADO, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos.** 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

Referências Complementares:

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento Estratégico:** Formulação, Implementação e Controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais:** avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico:** Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos.** 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.

TCU. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão.** Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

10 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- aluno matriculado no curso;
- professores autores, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- professores formadores, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- professores pesquisadores, vinculados a programas de pós-graduação

da UFS, ou a projetos de pesquisa;

- tutores, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e

- equipe de apoio, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

10.1 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Qtde	Função exercida	Requisitos exigidos	Atribuições
01	Coordenação de curso	Ser docente efetivo da Universidade Federal de Sergipe; Doutorado em Administração; Experiência comprovada na área de Administração e/Administração Pública EaD	Gerenciamento do curso, desde o planejamento até a certificação dos cursistas.
01	Coordenação Adjunto de curso	Ser docente efetivo da Universidade Federal de Sergipe; Doutorado em Administração; Experiência comprovada na área de Administração e/Administração Pública EaD	No caso de ausência do coordenador, gerenciamento do curso, desde o planejamento até a certificação dos cursistas.
33	Professor formador	Doutorado ou mestrado com experiência em Administração e/ou Administração Pública	Ministração dos módulos e orientação de TCC
01	Apoio Administrativo (CESAD)	Licenciatura na área de ciências humanas aplicadas e com experiência no pacote Office	Acompanhamento do curso no ambiente virtual de aprendizagem e auxílio nas atividades administrativas

02	Tutor à distância	Especialização ou Mestrado com ênfase e/ou experiência em Administração e/ou Administração Pública	Acompanhamento dos cursistas
01	Tutor presencial por polo	Especialização ou Mestrado com ênfase e/ou experiência em Administração e/ou Administração Pública	Acompanhamento dos cursistas

10.2 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A fim de manter a equipe envolvida nos cursos de pós-graduação EAD, a Universidade Federal de Sergipe mantém capacitação periódica de sua equipe multidisciplinar, com minicursos e oficinas presenciais e virtuais, mantendo, assim, os envolvidos nestes cursos em plenas condições de todos exercerem, da melhor forma, suas funções. Há também encontros programados da equipe para que haja a atualização de metodologias, melhores práticas e andamento dos cursos, com trocas de experiências entre os envolvidos, em busca da excelência da educação. A equipe do CESAD também se disponibiliza sempre que necessário para o apoio necessário.

10.3 DOCENTES QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO CURSO

Professor Dr. Marcos Eduardo Zambanini – Coordenador

Professora Dra. Rosângela Sarmiento Silva – Coordenadora Adjunta

11 INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a UFS e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na UFS, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na UFS e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UFS.

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 SISTEMA DE TUTORIA

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser

oportunizada pela UFS antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail; e
- de forma presencial, seguindo agenda de atendimento.

11.2 ENCONTROS PRESENCIAIS

Para o Curso de Gestão Pública Municipal as atividades presenciais obrigatórias, compreendendo avaliações e defesa de TCC, serão realizados na sede da UFS vinculados ou nos polos de apoio presenciais devidamente credenciados. As aulas de revisão ocorrerão, exclusivamente, no polo de São Cristóvão. Essa aula de revisão ocorrerá antes da avaliação presencial de cada disciplina.

12 DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em

princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Pública Municipal.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional discente é regulamentada pela Resolução Nº 47/2013/CONEPE, de 4 de outubro de 2013, e é um relevante mecanismo de diagnóstico, monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico. Na UFS, o questionário é composto por quatro mecanismos de avaliação: Avaliação de Infraestrutura, Avaliação de Componentes Curriculares do Curso, Avaliação Docente e Autoavaliação. A coleta de dados ocorre via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), garantindo comodidade e anonimato no preenchimento.

12.2 AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS EAD

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, sob gestão do CESAD é o ambiente utilizado para os cursos EAD de pós-graduação da UFS. Estando à frente desta gestão, o CESAD atende demandas e necessidades da comunidade

acadêmica envolvida no ensino à distância, promovendo, inclusive, atualizações de melhorias no sistema constantemente. Desta forma, utiliza o feedback de alunos, professores e tutores como insumo para realização de avaliação e melhoria dos subsistemas EAD.

12.3 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar alguns momentos no processo:

- Acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;
- Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;
- Avaliações;
- Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas ao longo dos dois módulos;
- Outras formas de avaliação.

De acordo com a Resolução nº 19/2021/CONEPE que ‘Estabelece as normas acadêmicas da pós-graduação lato sensu na UFS e dá outras providências’, os cursos na modalidade a distância deverão incluir avaliações de aprendizagem presenciais, cujo peso deverá ser igual ou superior a 60% em relação a quaisquer outras formas de avaliação a distância.

A assiduidade dos discentes, será avaliada pela participação de 75% das aulas *online*. Cada conteúdo (disciplina) terá um valor expresso em horas de aula. A avaliação da aprendizagem será expressa por meio de um conceito individual para cada componente curricular, de acordo com as seguintes classificações:

- I. conceito A: Aprendizagem excelente (equivalente a notas de 9,0 a 10,0);
- II. conceito B: Aprendizagem boa (equivalente a notas de 8,0 a 8,9);
- III. conceito C: Aprendizagem suficiente (equivalente a notas de 7,0 a 7,9);
- IV. conceito D: Aprendizagem insuficiente (equivalente a notas de inferiores a 7,0), e,
- V. conceito E: Frequência insuficiente (conforme estabelecido para cada modalidade). O docente deverá inserir no sistema informatizado da UFS todos os dados necessários para

A consolidação dos componentes curriculares ocorrerá:

- I. no caso de módulos, até trinta dias após o término das suas respectivas aulas;
- II. no caso de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), até dez dias após a entrega da versão final do trabalho.

13 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão Google Meet, WhatsApp, Telefone.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados Fóruns e e-mails.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), previsto como atividade do curso de pós-graduação aqui proposto, é obrigatório e se constitui na elaboração e apresentação de uma Proposta de Intervenção, que é uma forma de trabalho

metodologicamente consolidada no campo da Administração. Trata-se, portanto, de trabalhos resultantes de pesquisas que deverão ser realizadas pelos(pelas) discentes do Curso com a finalidade de aproximar os aportes teóricos e técnicos à prática profissional. O formato utiliza técnicas de pesquisa consagradas na área organizacional (que pode ser de natureza qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa) para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática.

Considerando que o método funciona melhor com cooperação, serão delineados grupos de até 2 discentes, que primarão pela resolução de gargalos e pontos fracos existentes na instituição escolhida para a execução do trabalho.

O tema do Trabalho de Conclusão de Curso deverá estar relacionado com a atividade dos discentes no setor público e suas interfaces com áreas afins, visando desenvolver a integração das disciplinas/módulos que compõem a matriz curricular do curso aqui apresentada, além de contribuir para a reflexão teórica e aprofundamento de temas da realidade.

Haverá duas fases para sua construção:

1 - Disciplina “Metodologia de Desenvolvimento de TCC”. Neste momento é apresentado e discutido o formato metodológico a ser aplicado, com o esclarecimento da estrutura esperada e das ferramentas e técnicas a serem usadas neste tipo de trabalho. Também haverá debate sobre os principais problemas institucionais. Haverá, ainda, a construção preliminar de eixos de pesquisa e intervenção (na perspectiva organizacional), a formação dos grupos para construção do TCC e a escolha dos(as) orientadores(as). Nessa disciplina a avaliação ocorrerá exclusivamente pelo(a) docente que a ministrar, não havendo outro tipo de avaliação.

2 - Elaboração efetiva do trabalho. Nesta fase, os(as) participantes prosseguirão com seus(suas) respectivos(as) orientadores(as), na construção da revisão da literatura, elaboração de instrumentos de coleta de dados e planos preliminares de aprimoramentos de processos, levantamento, análise de dados, construção do relatório de pesquisa, elaboração do diagnóstico e da proposta de intervenção. Essa é a fase em que efetivamente ocorrerá o desenvolvimento do TCC, até sua avaliação.

A banca examinadora da apresentação do TCC será composta por 3 (três) professores e/ou tutores e/ou coordenadores e/ou assistente à docência do quadro docente para julgar o conteúdo e a apresentação dos trabalhos.

A nota final consistirá na média aritmética das notas atribuídas pelos membros

da Banca Examinadora ao Trabalho apresentado pelos(pelas) alunos(as). Deverá ser considerada a capacidade de expressão oral e desenvoltura, domínio do conteúdo, forma da apresentação oral e escrita, objetividade, clareza e coerência das respostas, argumentação e conclusões.

São condições para APROVAÇÃO em Trabalho de Conclusão de Curso:

a) Parecer favorável do(a) orientador(a) para apresentação do trabalho à banca;

b) Quando a nota final da Banca Examinadora for igual ou superior a SETE (7,0);

c) A apresentação oral do trabalho é obrigatória para a validação do TCC. Não será concedida revisão da nota da apresentação oral do trabalho. As apresentações orais serão abertas a todos(as) os(as) professores(as), alunos(as) e convidados(as);

d) Os alunos poderão ser REPROVADOS por PLÁGIO.

A entrega do trabalho final, com as alterações sugeridas pela banca, deve ocorrer em até 1 (um) mês após a apresentação do trabalho e dentro do prazo final do curso, de forma eletrônica via plataforma moodle e também por e-mail para o coordenador do curso e para o professor orientador (formato pdf), juntamente com o termo de autorização de publicação, que será apresentado na disciplina de Metodologia de Desenvolvimento de TCC.

Prazos de prorrogação serão concedidos apenas em casos de problemas de saúde comprovados.

15 CERTIFICAÇÃO

Ao final, será aprovado o cursista que obtiver integralização da estrutura curricular com conceito final em cada componente curricular nota igual ou superior a C e ter aprovado e depositado o TCC no formato e no prazo previstos.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. In: **São Paulo em PersbRApectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

BANCO MUNDIAL. **Brasil: Elementos de uma estratégia de cidades. Document of the World Bank**. Relatório Nº35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001.

SILVESTRE, Hugo Consciência. **A (Nova) governança pública**. Brasília: Enap, 2019.

VENTURA, Lia Schuch; SAMBIASE, Marta Fabiano. Capacidade dinâmica gerencial: um estudo em escolas privadas de educação básica. **Anais... CIET: EnPED: 2020-(Congresso Internacional de Educação e Tecnologias| Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)**. 2020.